

VISITING SCHOLAR, UNIVERSIDADE DO COLORADO – BOULDER E DOUTORANDO NO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA



Humanismo Político

Sobre o Pensamento de Hannah Arendt

Hannah Arendt é sem dúvida uma das mais importantes figuras do pensamento político contemporâneo. Famosa pelo seu trabalho sobre totalitarismo, em particular através das obras The Origins of Totalitarianism (1951) e Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil (1963) – baseado na sua reportagem para a revista The New Yorker sobre o julgamento de Adolf Eichmann, conhecido como “o arquitecto do holocausto” – a obra de Hannah Arendt cobre muitos outros temas como a natureza da liberdade, o conceito de revolução e as capacidades humanas de pensar e julgar.

Aliado à heterogeneidade da sua obra está o problema de tentar encontrar um fio condutor da sua obra. Talvez por isso, vários autores estudaram cada obra de Hannah Arendt isoladamente ou, noutros casos, debruçaram-se apenas sobre os temas mais evidentes, como o totalitarismo ou os conceitos de esfera pública e esfera privada.

Recentemente, um ex-aluno de Hannah Arendt na Universidade de Chicago nos anos sessenta, altura em que Arendt integrou o famoso Committee of Social Thought daquela universidade, iniciou a árdua tarefa de tentar encontrar um argumento central

condutor da sua obra. O destemido autor é Horst Mewes, emigrante alemão nos EUA, tal como Arendt, professor de teoria política na Universidade do Colorado – Boulder, que foi orientando de Hannah Arendt e de Leo Strauss, um par imprevisível.

Curiosamente, na altura, Mewes não fazia ideia que Strauss e Arendt não se relacionavam e que não trabalhavam juntos. Foi ao tentar ter os dois no seu comité de orientadores de doutoramento que o descobriu. Discretamente, Arendt ofereceu-se para co-orientar Mewes secretamente, sem Strauss saber, ficando este como seu orientador ‘oficial’. Mewes descreve Arendt como “uma grande senhora que não gostava de se expor

publicamente (não dava muitas entrevistas, não gostava de aparecer na televisão nem de ser fotografada) e, simultaneamente, uma pessoa extremamente atenciosa e afável com os alunos, a quem se referia como ‘my children.’”

A recente aventura de Mewes gerou um livro intitulado *Hannah Arendt's Political Humanism* que será publicado no próximo mês pela editora Peter Lang, fazendo parte de uma série editada pelo Centro Hannah Arendt da Universidade de Oldenburg, na Alemanha.

A particularidade desta obra reside não só no facto de se tratar de uma tarefa difícil, como foi referido, mas especialmente de ter sido escrita por alguém que não é um especialista em Arendt. De facto, Mewes escreveu a primeira vez sobre Arendt logo no início da sua carreira; um ensaio acerca da interpretação Arendtiana de Karl Marx que lhe valeu um artigo publicado na prestigiada revista *Social Research*. Decorreram cerca de vinte anos até tornar a debruçar-se sobre a obra de Arendt, aquando da publicação em 1995 de *Hannah Arendt and Leo Strauss: German Emigrés and American Political Thought after World War II* (publicado pela Cambridge University Press), de que foi co-editor. Agora, mais de uma década depois, surge esta obra da sua exclusiva autoria sobre o trabalho de Arendt.

Rodeados pelas magníficas montanhas rochosas do Colorado, conversámos sobre Arendt e sobre a peculiaridade de *Hannah Arendt's Political Humanism*.

Quando é que começou a interessar-se sobre a o trabalho de Hannah Arendt e sobre o tema deste livro – O Humanismo Político em Hanna Arendt?

Escrevi a primeira vez sobre Hannah Arendt quando estava a terminar o meu doutoramento; um artigo sobre a interpretação Arendtiana de Marx que foi publicado na *Social Research*, o que me deixou muito orgulhoso por se tratar de uma revista na qual Arendt e Leo Strauss haviam publicado várias vezes. Depois nunca mais escrevi sobre Arendt até começar a trabalhar neste livro. Aliás, nos agradecimentos do livro refiro que não sou perito em Arendt, o que é inteiramente verdade. Ela foi minha professora, mas eu não passei a minha vida a estudar o seu trabalho. Finalmente, decidi escrever sobre o seu trabalho principalmente porque Antonia Grunenberg, directora do Centro Hannah Arendt da Universidade de Oldenburg, me encorajou a fazê-lo.

É um conceito de humanismo que é semelhante à história antiga, a história dos grandes feitos individuais. No fundo, é isso que compõe o conceito de humanismo em Hannah Arendt, é o enfoque no significado de existência humana através da emergência de grandes individualidades políticas e a forma como se atinge a ‘imortalidade’ através da memória colectiva.

Escrever sobre Arendt, do modo como decidiu fazê-lo, tentando encontrar um argumento central em Hannah Arendt, não terá sido fácil, dada a profusão de assuntos e diversidade de obras e argumentos.

O objectivo principal do livro foi precisamente esse – encontrar o fio condutor da obra de Arendt. Ela escreveu sobre tantos assuntos e exprimindo ideais tão diferentes... não escreveu uma teoria política sistemática. Eu não queria escrever sobre uma das obras ou sobre cada uma delas isoladamente, como fez Margaret Canovan, por exemplo. A minha motivação era precisamente isolar um argumento central, uma preocupação principal, e foi isso que identifiquei no livro como a sua teoria de humanismo político.

O problema foi que Arendt não teve a mesma preocupação, não construiu um argumento central, pelo que tive de isolar vários elementos que não eram fundamentais na sua obra para ajudar a construir a minha visão desse tal fio condutor.

Acho que a única particularidade do livro é exactamente o ter procurado, em toda a sua obra, partes do seu trabalho que encaixassem no argumento que reclamo como sendo o esteio do seu pensamento.

Quais foram os principais problemas que encontrou ao construir o seu argumento?

Houve muitos problemas. Um problema importante foi, por exemplo, o entendimento de Arendt sobre esfera pública e a forma como o relaciona com a política e com a governação. Arendt defende que existe muito mais na esfera pública do que apenas política, que também existe um “reino espiritual” onde o significado de acção humana se torna evidente.

Contudo, a maior parte das vezes Arendt argumenta que a política é a parte mais importante da vida pública. Noutras alturas, refere que agir livremente em público, em conjunto com outros indivíduos, não é o mesmo que governar. Governar é frequentemente definido por Arendt como definir os limites e as regras dentro das quais a verdadeira acção se desenrola. Uma constituição, por exemplo, pode definir o enquadramento da esfera pública. Governar significa proteger esse enquadramento. Ocasionalmente, Arendt diz que a governação é um fardo que aqueles que querem livre acção às vezes têm de carregar. Noutras alturas, em particular no seu livro *On Revolution* (1962), relaciona política com governação ou com a participação na governação.

No fim, ficamos sem saber exactamente qual é a relação entre política, livre acção e governação. Mesmo que decidamos assumir que existe uma diferença entre acção livre política na esfera pública e governação, tomando governação como a implementação e preservação da esfera pública, ficamos com uma dúvida crucial sobre qual o objecto da política se, no fundo, não significa governação.

Existe realmente uma grande inconsistência na obra de Arendt. Arendt refere significados diferentes em sítios diferentes da sua obra. Não fui o primeiro a descobrir isto. De facto, esta inconsistência foi uma das primeiras críticas geradas pela sua obra.

A visão de Hannah Arendt de esfera pública e de livre acção na esfera pública e a separação dessa acção do conceito de governação está ligada a conceitos actualmente muito relevantes de sociedade civil e do papel das associações voluntárias na transformação da política...



Há alturas em que Arendt distingue entre governo e aquilo a que actualmente chamamos sociedade civil e associações voluntárias. Quando escreveu sobre a república americana e sobre os protestos e manifestações contra a guerra do Vietname, no final dos anos sessenta, Arendt elogiou os movimentos cívicos e as associações voluntárias que se opuseram ao governo. Era uma crítica do governo representativo e uma forte apoiante da acção cívica.

Ser crítica do governo representativo condiz aliás com a “influência” Aristotélica que muitos lhe atribuem.

Sim, sem dúvida. Por exemplo, em *On Revolution*, ela refere que a liberdade política só pode significar participação na auto-governança, ou então não faria sentido. Outra dimensão deste aspecto é o conceito mais abrangente de esfera pública e a importância das esferas pública e privada. Arendt refere que as actividades humanas são intrinsecamente públicas ou privadas ou então essas actividades são destruídas. Penso que este é um dos aspectos mais controversos do seu trabalho.

Presumo que a separação das actividades humanas em públicas ou privadas em Arendt se tenha tornado gradualmente mais controversa ao longo das últimas décadas, acompanhando a expansão dos direitos individuais, em particular, os direitos sociais – direitos de natureza privada entregues às políticas públicas.

Sem dúvida. Preocupações que estavam entregues ao indivíduo e à família como o estatuto do comportamento e da orientação sexual, até mesmo as preocupações com os cuidados de saúde e a poupança para a reforma, eram parte exclusivamente integrante da vida individual e familiar e são agora preocupações públicas. Obviamente, a posição de Arendt em relação à necessidade de separação entre esferas pública e privada tem sido alvo de muitas críticas.

Para Horst Mewes, a parte mais complexa da obra de Arendt está precisamente relacionada com esta divisão entre esferas pública e privada, sobretudo, a ligação entre a esfera pública como geradora ou autora da nossa existência humana.

No seu livro *The Life of the Mind*, publicado postumamente (1978), Hannah Arendt distingue três actividades humanas básicas (se exceptuarmos a actividade de pensar, que considera separadamente): labor (labor), trabalho (work) e acção (action).

O labor está relacionado com as necessidades biológicas humanas; o trabalho cria objectos (a arte) é a “actividade correspondente ao artificialismo da existência humana”; a acção é a interacção exclusivamente entre humanos, não deixando prova senão aquela evocada pelas suas testemunhas. Ao contrário do labor, que lida com as necessidades da vida, a acção está liberta de tais necessidades e é a verdadeira origem da liberdade humana.

Foi neste contexto que prosseguimos a conversa sobre *Hannah Arendt’s Political Humanism*.

O seu livro isola o conceito de “humanismo político” na obra de Hannah Arendt. Qual é o seu entendimento desse conceito?

Para Arendt, o que interessa mais não é o resultado da acção mas a acção propriamente dita. Quando Churchill se torna como que o ‘líder’ das forças aliadas contra os Nazis, o que interessa mais para Arendt não são as consequências das suas acções mas

sim as acções, neste caso, as suas decisões. A acção ‘faz’ a pessoa. A história não é feita de necessidades biológicas mas de acções exclusivas e excepcionais de indivíduos e é daí que o humanismo emerge. É um conceito de humanismo que é semelhante à história antiga, a história dos grandes feitos individuais. No fundo, é isso que compõe o conceito de humanismo em Hannah Arendt, é o enfoque no significado de existência humana através da emergência de grandes individualidades políticas e a forma como se atinge a ‘imortalidade’ através da memória colectiva.

Nesse contexto, parece evidente a influência que os ‘tempos de guerra’ tiveram na sua obra, especialmente no que respeita à emergência da liderança e à maior evidência que assume nessas alturas, tanto a nível militar como político. Não parece ser tão fácil brilhar e ser-se lembrado por se gerir a estabilidade, por comparação a reagir a uma calamidade ou sair de um conflito ou de uma crise. Estamos portanto a falar de outro tema bastante actual, o da liderança política ou, melhor dizendo, da crise da liderança política.

No fim do livro *On Revolution*, Arendt fala sobre isso. O que ela pretende é mudar o tipo de pessoas que são activistas na política. Arendt aceita como facto consumado que a maior parte das pessoas não participará na política e que a verdadeira acção restará nas mãos de alguns, poucos, activistas. Uma elite de activistas. O problema para Arendt reside na qualidade dos activistas...para Arendt eram simplesmente as pessoas erradas para essa tarefa... burocratas dos aparelhos partidários, conformados com as necessidades dos seus partidos. Acho que foi uma razão pela qual ela apoiou frequentemente os protestos espontâneos estudantis e as associações voluntárias.

Qual era então a elite desejada por Arendt? Como a encontraria e como a levaria ao poder?

Arendt queria uma elite de activistas que deseja simplesmente a acção. Mas como é que eles governariam? Podem as associações voluntárias governar? Arendt nunca responde a essas perguntas. Relativamente ao critério de escolha, Arendt acredita que a demonstração de interesse dos indivíduos em trabalhar para o bem público é critério único. Acredita também que as individualidades que comporiam essa elite constituiriam o próprio sistema de ‘checks and balances’ necessário para evitar o abuso de poder. Outro problema é a necessidade de eleger essas elites e de as tornar responsáveis perante o povo; perante a população politicamente passiva. Arendt não resolve estes problemas... a certa altura, diz que teríamos de abolir as eleições tal como as entendemos actualmente, mas não chega a clarificar essa sugestão.

Essa posição evidencia um nível de confiança difícil de conseguir nos dias que correm, com o crescente número de casos de liderança política que desacreditam a própria ideia de elite. Teríamos que recuperar a visão clássica dos ‘velhos sábios filósofos sem maldade’ que governavam a ‘pólis’?

Exactamente, é isso mesmo. Esta é uma nova versão, a versão contemporânea activista dos ‘velhos sábios filósofos’.

Os ‘velhos sábios filósofos’ que Hannah Arendt criticou pela imposição das ideias sobre a acção...

Sim. Mas Arendt voltou algumas vezes aos conceitos da filosofia clássica. Por exemplo, na construção do seu conceito de

realidade. Para Arendt, as aparências são a única realidade. A clareza da aparência da humanidade não reside na vida privada mas na esfera pública.

Daí a importância que Arendt dá aos média, devido ao papel que assumem na transferência dessas aparências.

Sim, Arendt não gostava dos média, especialmente devido ao facto de reportarem assuntos privados como sendo públicos... pelo tratamento das celebridades como individualidades da esfera pública...o que segundo Arendt não tinha nada a haver com a vida pública. Portanto, creio que para Arendt o problema não residia nos média, mas no que reportavam e no modo como o faziam. Isto porque para Arendt, as testemunhas determinam o significado da acção. De repente, as testemunhas passam a ser o espaço público e o seu julgamento passa a ser o ponto crucial da esfera pública.

Era precisamente sobre o conceito de julgamento que Arendt estava a escrever por volta da altura em que faleceu...

Exacto. E talvez também por isso esta é a parte mais complexa e mais difícil da teoria de Hannah Arendt. De onde vem o julgamento? Existem duas situações que tornam a resposta complexa. Primeiro, a acção na esfera pública, que é guiada por princípios como, por exemplo, a igualdade, a justiça, a liberdade, a honra, etc. Estes princípios servem de standard universal às acções. Segundo, a destruição de todos os princípios e do standard universal durante os governos totalitaristas do século XX. Para Arendt, após este período, todos os padrões e todos os princípios foram destruídos. A partir de então, o julgamento depende da capacidade individual de julgar acções e actores em público. As pessoas com esta capacidade ou que exercem esta capacidade formam então uma comunidade básica de julgamento, onde cada um toma em consideração o julgamento potencial dos seus pares sem no entanto existir um julgamento colectivo.

Mas se os princípios foram destruídos, como analisar as democracias liberais que sobreviveram ao período do totalitarismo? E mesmo que todos tivessem sido destruídos, quais são os novos princípios gerados pela comunidade de julgamentos individuais, para além da liberdade e da vontade de agir? Novos princípios? Uma redescoberta dos princípios anteriores? Que tipo de comunidade pode surgir desta situação, onde apenas o princípio da liberdade e o desejo de acção é partilhado? Arendt não clarifica estes pontos.

Terá sido por isso que Hannah Arendt atraiu críticas por parte de autores ‘comunitaristas’ como, por exemplo, Michael Sandel?

Sim, sem dúvida. Um comunitarista criticaria Arendt se analisasse o seu trabalho sob uma perspectiva pós-modernista. Por outro lado, Arendt também pode parecer ser comunitarista pois condena a sociedade moderna pelo seu individualismo, consumismo, condena o capitalismo...Dependendo da perspectiva que se escolhe, assim se pode construir interpretações completamente diferentes do pensamento de Arendt.

Entretanto, eu tenho a ideia estúpida de escrever um livro que procura fazer sentido de tudo isto! Confesso que foi um trabalho extremamente frustrante. Acho que ninguém vai concordar com as ideias que expresso no meu livro. O que prova que realmente julgamos individualmente. Pelo menos o livro prova isso! ●